

FRONTEIRAS TRANSNACIONAIS, TERRITÓRIOS CIBERNÉTICOS E OS IMPACTOS NA CULTURA E NA SOBERANIA NACIONAL

Maria Helena de Amorim Wesley

A recenticidade do convívio impede os agradecimentos a cada membro desta Academia, porém faculta a destreza – a fim de não cometer iniquidade - de manifestar gratidão ao Presidente Ivan Frota, pela qualidade representativa conferida pela função desempenhada.

Ocupar a Cadeira Nº 50 que tem como Patrono o Embaixador. MARIO GIBSON ALVES BARBOZA¹ remete à complexidade de que um verdadeiro estudo crítico do homem e de sua obra penetra a sonda da análise em todos os escaninhos até colocar toda a figura humana na exata perspectiva da sua época e a figura diplomática no exato lugar, claro e definido, da Diplomacia a que pertence e da perspectiva que desenvolveu.

A obra e o homem, em suas corretas medidas e proporções, por certo não cabem neste breve discurso, onde não se pode ter a pretensão de elucidar a capacidade intelectual e a competência humanística segura, hábil e equilibrada calcadas na integridade moral absoluta, na correção profissional impecável, na coragem de procurar sempre o caminho da verdade e da Justiça e no entendimento do outro lado na negociação, como se pode inferir na tarefa – na qual foi o principal e decisivo ator – que culminou com o tratado com o Paraguai para a criação da Itaipu Binacional. Além de resolver o problema do fornecimento energético indispensável para o crescimento do Brasil, solucionou uma pendência com o nosso vizinho sobre uma área de fronteira. Numa outra dimensão de poder, patrocinou a extensão do limite territorial de nossa fronteira marítima para 200 milhas e, com serena firmeza, neutralizou a dura oposição de grandes potências militares e econômicas, como os EEUU, a França e o Japão. Esta afirmação de nossa soberania garantia, muito antes da Convenção da Jamaica, que o petróleo a ser descoberto nas bacias de Santos, de Campos e outras, seria juridicamente brasileiro.

Como ocorre a qualquer profissional em determinado momento de sua vida, surge a necessidade de refletir sobre seu passado. Isso vem geralmente acompanhado da ínsita solidão que questiona a validade da própria existência e, assumido o cansaço, que se tenta disfarçar, busca-se a compreensão da transição contemporânea cuja lógica funda-se em novos modelos de organização social, novos padrões de acumulação, e, simultaneamente, na aglutinação de tensões e rupturas, transcendendo desta forma o momento de crise e dando ao termo **mudança** um quê de imprevisível.

Tal fadiga tem sua origem no local de nascimento. Da Pátria que perdeu a identidade, perdeu valores e corre o risco de perder parte de seu território por abraçarem alguns a falácia política que corrompe consciências e arrasa qualquer vestígio de dignidade, sem respeitar a transição necessária, com as crenças sociais brutalmente substituídas pela ignorância e pela mentira, personificadas em seres que envergonham qualquer gênero (mulher ou homem).

À exaustão que acomete esta autora, alia-se a constatação que coloca em xeque as tentativas de análise da emergência de novas questões aos desafios carreados pelas

¹ Nascido em 13 de março de 1918, faleceu no Rio de Janeiro no dia 26 de novembro de 2007, aos 89 anos de idade. Diplomata de carreira ingressou no Ministério das Relações Exteriores aos 21 anos, mediante concurso público de provas no DASP. Foi casado com Iolanda e, em segunda núpcias com Julia Blacker Baldessari Gibson Barboza. Não deixou descendentes.

transformações advindas com a revolução tecnológica não só pela velocidade das redes técnicas, mas, principalmente, pela substituição instantânea (e não transformação) da realidade que se acredita contemplada na ética e na honra que nos resguardava.

A desesperança, o isolamento e a vontade de ir embora não venceram a exaustão, pois não se **acha** nem se **compra** uma História. Constrói-se a História. Mesmo com inúmeras derrotas. Há que se lutar pela Pátria que foi dada como berço quando não se aceita o que se vive, nem um futuro pautado na mentira fazendo com que se permaneça fincado e enraizado. Não adianta ir embora se a alma não se separa do elemento telúrico.

Um país calcado em idolatrias e engodos perde seu futuro ao prostituir sua sociedade e sua história, onde proliferam ladrões e criminosos chamados de Excelências no Executivo, pululam nos Tribunais e acossam o Judiciário diante de um povo apequenado pelos discursos idólatras e demagógicos de governantes que escarnecem da verdade histórica impondo a reescrita do passado.

Quando um país prima, lamentavelmente, por desprezar seu passado e desmerecer sua história, sua cultura, não significa deixar de ter memória, mas sim ser carente de educação e instrução, responsáveis pela construção da cidadania como resultante do respeito às tradições, inculcando uma sólida consciência dos problemas políticos e sociais.

A denúncia dos latifúndios e a defesa ecológica que pautam os discursos ambientalistas hodiernos certamente desconhecem ou desprezam as origens da ocupação, da posse e dos direitos coloniais que nortearam as conquistas do Brasil.

O legado português resultante da ocupação territorial no século XVI e consolidada no século XVIII desenhou os contornos das futuras fronteiras, que já constavam na Carta de Diego Nuñez - provavelmente de 1553 – e foram reconhecidas pelo Tratado de Madri em 1750.

Após ter suas fronteiras juridicamente fixadas em acorde com o tradicional conceito de *território* como o espaço físico delimitado por *fronteiras* onde o Estado exerce a sua soberania, o Brasil, desde 1909, não tem qualquer problema **de** fronteira, mas apresenta crescentes problemas **nas** suas fronteiras e, apesar de “batido”, o tema sobre as ameaças contra a Amazônia Brasileira impõe rever o significado da criação de reservas indígenas ao se constatar que a assinatura, na Assembleia Geral das Nações Unidas em 13/SET/2007, da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas – por ordem do Chanceler brasileiro – sequer foi alvo até hoje de discussão pelos representantes do povo brasileiro.

O atual cenário do Ministério das Relações Exteriores parece dominado por *internacionalistas* - talvez divididos entre alinhados com uma espécie de marxismo renitente e os alinhados com um suposto *establishment* anglo-americano - que ignoram os poucos *nacionalistas* autênticos que consideram a assinatura daquele documento *um* crime de lesa-pátria, *pois* facultaria legitimidade a futuras declarações de independência por parte dos chamados povos indígenas das muitas reservas do Brasil como se deduz dos Artigos 3º, 4º, 30º e 36º (Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas).

Para dirimir a contradição de vários artigos com os princípios da Constituição Brasileira, o Congresso introduziu em 2004 um dispositivo no parágrafo 3º do Artigo 5º da Constituição que dá aos tratados internacionais sobre direitos humanos equivalência a emendas constitucionais, quando aprovados pelas duas casas do legislativo e por três quintos dos votos, caracterizando uma manobra furtiva, aprovando-o em meio a um pacote de reformas do judiciário que liberou a pseudo legitimidade desse ato e refletindo com

clareza o histórico degradante do legislativo onde o voto favorável é acessível e barato para as ONGs internacionais.

O Território Virtual ou *Ciberespaço* se caracteriza pelo descarte absoluto dos limites impostos por fronteiras físicas e políticas que escapam da realidade conceitual costumeira de território. Está relacionado a uma ideia nova, de rede, fundamentada pela localização da informação como elemento identificador do território no ciberespaço.

Essas características fazem com que a Internet dificulte estabelecer um centro de comando nos moldes da versão tradicional de território físico delimitado cuja inexistência acarreta certa indefinição penal diante da complexidade residente no caráter internacional da rede, afetando o Estado em seu território, na sua economia, no seu espaço rural e na sua sociedade, ultrapassando fronteiras e limites culturais e políticos como se pode constatar na presença de ONGs internacionais e nacionais que vêm ocupando vazios do poder.

A crescente utilização da internet e a aquisição de objetos ligados à área da informática não significa produção de conhecimento científico. Resulta, sim, em dependência tecnológica e endividamento e parece fazer parte de uma imposição externa que visa a impedir o acesso a tecnologias sensíveis, à qual o governo se submete mantendo o sistema de ensino no nível mais rasteiro possível através do estímulo a conteúdos escamoteados (homossexualismo, preservação ambiental, danças, esporte, etc.) e agravados pelo sistema de quotas.

No *Cyberspaço* se configura uma das principais ameaças para a Segurança Nacional, uma vez que as ações militares estão cada vez mais dependentes do aparato tecnológico e por mais armamentos que se tenha nas Forças Armadas nunca se estará infenso a ataques cibernéticos ou ao *ciberterrorismo* cujas ameaças vão desde a interrupção da eletricidade, apagão na rede bancária, ou sítios/redes institucionais de conhecimentos estratégicos por um único indivíduo. A crueza desse cenário coloca em evidência a vulnerabilidade brasileira diante do despreparo que permeia a incapacidade produtiva existente no âmbito caótico da Educação configurando uma assustadora fragilidade que nasce nos primeiros anos escolares e alcança o ensino dito superior, apesar de as Forças Armadas terem investido recentemente cerca de R\$ 6 milhões em programas antivírus e simulações de ataques.

Além do entendimento de as Forças Armadas não trabalharem para governos e sim para o Estado Brasileiro, é necessário que a sociedade nacional – da qual fazem parte inseparável - decida o que fazer em relação à faixa de fronteira.

Nos 11 mil quilômetros de fronteiras internacionais na Amazônia, quase totalmente ocupados por reservas indígenas, o vazio da presença do Estado vem sendo ocupado pelo Exército, mas a missão se torna mais difícil pela ausência de povoados civis inviabilizados pela demarcação de terras indígenas.

Pelo fato de estar na fronteira, se o índio não for integrado à sociedade nacional, será, fatalmente, integrado a outra sociedade, deixando de ser brasileiro, embora habitando o território do país, remetendo a uma questão de Segurança e Soberania.

A diplomacia brasileira, conforme determina a Constituição, deve ser conduzida pelo presidente da República, mas isso não significa que essa liderança seja exercida de forma arbitrária como vem ocorrendo nas duas últimas décadas. Além da partidarização sistemática da política externa que transformou a diplomacia em exercício ideológico, esse perfil, danoso a País, apegado a um antiamericanismo pueril recentemente agrega movimentos voluntariosos a fim de imprimir a marca pessoal.

O personalismo imposto à política externa evidencia decisões tomadas não exatamente segundo o interesse nacional, mas de acordo com projetos de afirmação e manutenção de poder. Em nome da exigência de buscar a *formação de uma comunidade latino-americana de nações*, conforme determinação constitucional colocou o País a serviço do delirante projeto bolivariano, exemplo do Socialismo do Século XXI adotado pelo grupo de diplomatas brasileiros que assessoram o governo, e atualmente além de enfrentar as idiossincrasias pessoais que contrariam os princípios basilares da diplomacia nas mesas de negociação e comprometendo a diplomacia nacional, que sempre se pautou pelo comedimento, fragilizando ainda mais a influência do Brasil no concerto internacional.

A cobiça sobre a Amazônia se expressa atualmente não somente por invasões e conflitos e a perda vem se encaminhando da forma mais pernicioso e letal: através da política externa adotada há mais de 10 anos

A complexidade atual remete ao fato de que qualquer estudo sobre as chamadas *reservas indígenas* brasileiras na Amazônia deve prioritariamente considerar a extensão das mesmas destacando as localizadas nas Faixas de Fronteiras, zonas sensíveis para as Forças Armadas, formando verdadeiros *territórios contínuos*.

A indigência que marca o conhecimento sobre Defesa, o desentrosamento entre Forças Armadas, FUNAI, Receita Federal, IBAMA e Polícia Federal levando a empregar as Forças Armadas em tarefas policiais - de segurança pública - ou exercendo funções descabidas com a atividade para a qual foram preparadas, espelham o ranço que permeia as consideradas *lideranças políticas* e as ditas intelectuais, agravam-se pelos poucos recursos, desinteresse e ostracismo.

Eis o motivo pela opção em apresentar uma breve reflexão – isolada - que se debruça na dura realidade, como peça de inclusão nesta Academia, sem rodeios ou subterfúgios que amenizem a angústia e a exaustão geradas na impotência de corrigir um milímetro de um cenário que se delineia devastador por desprezar o fato de que somente a preservação da História dá relevo a um passado indispensável na formação da identidade para que se possa construir o futuro.

Acreditando, assim como os demais membros desta Academia, sigo tentando burlar a morte, graças à aquisição e predominância de uma consciência crítica no entendimento que leva a colocar a clareza e a sabedoria a serviço das gerações vindouras, imbuída da convicção de que a vida representa bem mais do que se tenta fazer para que eu possa continuar a olhar nos olhos de Daniela, minha filha, e de Gabriela, minha neta.

Observação: o trabalho **FRONTEIRAS TRANSNACIONAIS E TERRITÓRIOS CIBERNÉTICOS: Considerações sobre os impactos na Cultura e na Defesa Nacional** estará disponível no link TEXTOS BRASILEIROS do site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>) a partir do dia 10/10/2012.